

EFEITOS DA LIBERAÇÃO COMERCIAL SOBRE O AGRONEGÓCIO DO BRASIL, 1994/2004

Márcia Batista da Fonsêca*

Resumo – Depois de mais de quinze anos da liberalização comercial, a produtividade do setor agroexportador tem aumentado consideravelmente. Desde 1987, essa política provocou intensa desregulamentação dos mercados agrícolas, com menor intervenção do estado na agricultura, via limitação dos gastos governamentais e maior exposição da agricultura brasileira ao comércio internacional. Como resultado, em 2004 o setor agrícola respondeu por 41,2% das exportações brasileiras. Este artigo, portanto, tem por objetivo discutir os fatores que impulsionaram as exportações agrícolas brasileiras após a abertura comercial. Essa abertura e a adoção de políticas de estabilização econômica resultaram em um crescimento de mais de 170% das exportações agrícolas entre 1994 e 2004. Além disso, a participação do agronegócio no PIB total foi de 34% em 2004 e, nesse ano, o Brasil passou a exportar cerca de 39 bilhões de produtos agrícolas para os principais mercados importadores.

Palavras-chave – Liberalização comercial. Políticas de estabilização. Exportações agrícolas. Agronegócio.

Abstract – After more than fifteen years of trade liberation have passed in Brazil, the change in the productivity of the agro-exportation sector has been observed by even the hardest defenders of protectionism in the sector. Since 1987, a policy of liberation in the Brazilian economy has provoked an intense deregulation of the agricultural markets, consisting in a decrease of the State intervention in the agriculture through a limitation of the governmental expenses and a larger exposition of the Brazilian agriculture to the international trade. As a result, in 2004 this sector responded for 41,15% of the Brazilian total exportations. This text, therefore, has the goal to discuss the factors that impel the growth of the agricultural exportations in Brazil after trade opening. The trade opening and the usage of economical stabilization policies resulted in a raise of more than 170% of the agricultural exportations between 1994 and 2004. Besides that, the participation in the agribusiness in the Gross Domestic Product (GDP) was of 34% in 2004 and in this year the country has started to export about 39 billions of agricultural products to its major import markets.

Key words – Commercial liberation. Stabilization policies. Agricultural exports. Agribusiness.

Jel Classification – Q17, Agriculture in international trade. Q13, Agricultural markets and marketing, cooperatives, agribusiness.

* Professora do Departamento e do Curso de Mestrado em Economia da UFPB – Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mb_marcia@hotmail.com. A autora agradece os comentários e sugestões valiosas recebidas dos pareceristas anônimos desta revista, isentando-os de quaisquer erros ou omissões remanescentes.

ANÁLISE	Porto Alegre	v. 18	n. 1	p. 36-50	jan./jun. 2007
---------	--------------	-------	------	----------	----------------

1 Introdução

O processo de liberalização comercial no Brasil iniciou em 1988 e teve grande importância para o setor agroexportador, que a partir de então vem apresentando um desempenho bastante satisfatório no que diz respeito a ganhos de produtividade e aumento das exportações. Esses ganhos foram bastante expressivos no caso da soja, suco de laranja, carnes, açúcar, cacau e fumo, tornando-se os principais produtos agrícolas de exportação, correspondendo a 85% das exportações agrícolas do Brasil, entre 1989 e 2004 (MDIC/SECEX, 2004).

Apesar de 1988 ser considerado o ano do início da abertura comercial brasileira, esse processo teve seu auge durante o governo Collor, com a redução das barreiras não-tarifárias e o estabelecimento do cronograma de redução das tarifas de importação de 1991 a 1993. Essas medidas aceleraram o *timing* do processo, que nesta primeira fase esteve substancialmente ligado à necessidade de atualização tecnológica, inserção do país num contexto de globalização e principalmente através de controle dos preços internos via quebra dos oligopólios nacionais.

A abertura comercial foi bastante benéfica para o setor agroexportador e durante o Plano Real (a partir de 1994) o governo utilizou-se desse setor para garantir a redução dos preços dos produtos agroalimentares e com isso reduzir a inflação interna. A utilização da âncora cambial como instrumento de controle de preços permitiu ao setor agrícola ampliar o processo de modernização através da aquisição de máquinas, equipamentos e defensivos agrícolas importados a custos baixos e gerou a chamada “âncora verde”, ou seja, a redução dos preços dos produtos agrícolas para viabilizar o combate à inflação.

Como resultado dessas políticas, as exportações agrícolas brasileiras destinadas aos principais mercados importadores subiram de R\$ 15 bilhões em 1993, para R\$ 25 bilhões em 2003. Em 2004, o agronegócio foi o setor da economia que mais contribuiu na formação do saldo da balança comercial do país, igual a 41,15% das exportações totais. Nesse ano, a participação do agronegócio no PIB foi de 34% (MDIC/SECEX, 2004).

Tendo em vista estes fatos, o presente trabalho tem como objetivo discutir acerca dos fatores que impulsionaram o crescimento do agronegócio no Brasil durante a realização e concretização da abertura comercial brasileira. A justificativa está no grande crescimento do setor agroexportador pós-abertura comercial brasileira e este estudo procura caracterizar e não quantificar esta relação. Para tanto, o estudo utiliza-se de uma metodologia descritiva de análise de dados secundários que mostram o desempenho e a importância do setor agroexportador na economia brasileira e está dividido, além dessa introdução, em quatro sessões. A primeira trata do processo de liberalização comercial brasileira através da apresentação de um painel das reformas de políticas macroeconômicas e comerciais que formaram o cenário sobre o qual o agronegócio brasileiro se estabeleceu nos últimos anos.

A segunda sessão trata do processo de modernização sofrido pelo setor agrícola brasileiro durante a execução dos planos Collor I, Collor II e Plano Real e dos efeitos desses planos sobre a competitividade da produção. Em seguida, na terceira sessão do trabalho, são apresentados os resultados das exportações do agronegócio brasileiro entre 1989 e 2004. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 A liberalização comercial brasileira

A idéia de liberalizar a economia brasileira ganhou força no início dos anos de 1980, voltada para a clássica visão da promoção do bem-estar e do crescimento econômico. A primeira tentativa de abertura comercial veio a partir da política cambial ao longo da década de 1980, um período de grandes dificuldades no balanço de pagamentos, em que se utilizava a política de minidesvalorizações cambiais para estimular os exportadores. Essa política ampliou a inflação interna que caracterizou a economia brasileira naquela década; e em fins dos anos de 1980, a política cambial mudou de figura, passando a ser utilizada mais como um mecanismo de controle inflacionário do que como apoio ao setor exportador.

Uma das hipóteses mais conhecidas sobre o processo de abertura comercial diz que com a liberalização, o Brasil esperava realinhar os preços relativos, através do ingresso das importações, e controlar a tendência explosiva da inflação, provocando efeitos dinâmicos, como o crescimento da produtividade por especialização e pela exposição à competitividade externa. Ademais, esse processo traria consigo a inserção do país em um contexto globalizado, graças à difusão tecnológica e científica trazida com a abertura comercial.

Michaelly (1986) conceitua liberalização comercial como um processo de redução gradativa do nível (média e mediana) e da variação (amplitude e desvio padrão) do grau de proteção às atividades competitivas com as importações. Essa é uma definição adequada ao caso brasileiro, em que a liberalização comercial, realizada *pari passu* à estabilização econômica, caracterizou-se pela revogação de regimes especiais de importação, fim da maioria dos incentivos fiscais às exportações, eliminação de barreiras não-tarifárias e redução da alíquota média das tarifas de importação.

Em 1985 foram dados os primeiros passos em busca da abertura com o fim dos subsídios nos financiamentos às exportações em geral, a extinção dos incentivos fiscais à exportação de manufaturados e a adoção de um regime de câmbio fixo temporário onde as minidesvalorizações eram diárias e prefixadas em moeda nacional, com base na variação dos preços dos três meses anteriores.

Já em 1987 o governo brasileiro ensaiou uma reestruturação tarifária com o objetivo de reduzir o Imposto de Importação sobre os bens intermediários e de capital, com o objetivo de modernizar a estrutura produtiva do país. Embora nesse ano tenham ocorrido medidas de abertura externa, com mudanças no câmbio, na estrutura de proteção tarifária e na política de importação, o ano de 1988 marca definitivamente a abertura comercial no Brasil. Neste ano, reduziu-se de 4.400 para 1.200 o número de produtos listados no “Anexo C” (uma lista estabelecida em 1957, constando cerca de 4.000 produtos, cuja importação era proibida), embora o controle às importações tenha continuado através do estabelecimento de quotas de importação pelas empresas.

Em concomitância à flexibilização das importações, a conta de capitais foi liberalizada e foram introduzidas taxas flutuantes para operações relacionadas a atividades de turismo ou afins. O processo de abertura comercial, que se havia iniciado em 1988, tomou sua forma definitiva durante o Governo Collor. De acordo com a nova política comercial, as únicas barreiras às importações passariam a ser as alíquotas do Imposto de Importação, as quais foram reduzidas para todas as mercadorias e zeradas para produtos sem similar nacional.

Com o plano Collor II foi estabelecido um cronograma programado de redução das alíquotas de importação entre 1991 e 1994 com o objetivo de diminuir a média e o desvio padrão das alíquotas do imposto de importação, definindo-se uma alíquota modal de 20% para julho de 1993, em contraposição ao valor de 40% em 1990. Esse cronograma foi antecipado em seis meses, quando se verificou uma queda na alíquota média de importação de 25,3% em 1991, para 14,2% em 1993. Essa redução tarifária contribuiu para um aumento da demanda de bens de capital no início dos anos de 1990 que pode ser explicada pela necessidade de atualização tecnológica das empresas exportadoras brasileiras, as quais precisavam modernizar sua estrutura produtiva para enfrentar a competição internacional.

Entretanto, as medidas liberalizantes não foram apenas usadas para provocar a abertura da economia, mas para efetivar a estabilização econômica. Em dezembro de 1993 foram lançadas as primeiras medidas do Plano Real, com o objetivo de combater a inflação. Quanto à política de comércio externo, o governo iniciou um novo período de introversão comercial para tentar reduzir o déficit em transações correntes verificado em fins de 1993, instituindo o Imposto Adicional Antidumping de 34% sobre os tecidos coreanos. Também criou a Lista Dallari, uma lista composta inicialmente por 150 produtos com alíquotas variáveis, de acordo com o desabastecimento interno e elevação dos preços que pudessem comprometer o plano.

Apesar deste fato, Fonseca (1999) mostra que a política comercial adotada com o Plano Real contribuiu para a intensificação da abertura

externa via redução da alíquota de muitos produtos com ponderação significativa na estrutura dos índices de preços. Por outro lado, a política cambial adotada gerou a apreciação da moeda nacional e os resultados foram o crescimento do nível de atividade econômica e a grande ampliação dos financiamentos externos, fatores que junto com a liberalização comercial podem ser identificados como influenciadores do crescimento de mais de 34,6% das importações totais em 1993.

A abertura comercial também possibilitou um aumento de mais de 150% no acumulado sobre a demanda total de importações brasileiras entre 1990-1998, dos quais 80% foram constituídos de bens de capital e intermediários, o que mostra uma elevada reposição de máquinas e equipamentos para a modernização produtiva do país e que se refletiu profundamente no setor agrícola com o aumento da produção e das exportações.

Segundo Gasques *et al* (2004), o grau de abertura para o setor agropecuário pode ser calculado a partir da razão entre a soma das exportações e importações pelo PIB total do setor, refletindo assim o crescimento dos fluxos de comércio do agronegócio. Entre 1995 e 2002 o grau de abertura no agronegócio teve um crescimento da ordem de 85,5%, o que reflete um elevado aumento na produção do setor para exportação (Tabela 1).

Tabela 1. Evolução do grau de abertura do agronegócio, 1995/2002^a

Ano	Grau de abertura (%)
1995	2,96
1996	2,72
1997	2,89
1998	2,74
1999	3,87
2000	3,46
2001	5,09
2002	5,49

Fonte: GASQUES *et al* (2004).

^aGrau de abertura: valor das exportações agropecuárias / PIB.

Para o setor agroexportador, o Plano Real implicou no aumento das exportações, pois ocorreu uma redução do preço dos insumos agrícolas importados, provocada pela sobrevalorização do câmbio, que, entre outros fatores, resultou no aumento das exportações agrícolas. Entretanto, do início do Plano Real até 2000 os fatores determinantes do comportamento da demanda de importações se conjugaram de modo a criar graves problemas na balança comercial. Provavelmente a apreciação cambial do início do plano e que se manteve até o fim do regime de bandas

cambiais, foi a principal responsável pelos problemas na balança comercial, e, certamente, a continuidade do crescimento do PIB contribuiu para o agravamento daqueles resultados.

Outro fator foi o aumento da disponibilidade de crédito internacional para financiar as importações, além da possibilidade de arbitragem, por parte dos importadores, em decorrência do diferencial positivo das taxas de juros interna e externa que apareceu como outro importante determinante do comportamento das importações.

Esses fatores em conjunto provocaram aumento das exportações agrícolas, pois, observe-se que entre 1989-1994 o Brasil exportou, em média, US\$ 13,6 bilhões em produtos agrícolas, enquanto entre 1995-2002 essas mesmas exportações passaram para US\$ 16,6 bilhões e em 2004 esse volume aumentou para R\$ 39 bilhões.

3 Modernização e competitividade da produção agrícola brasileira

A liberalização dos mercados agrícolas ocorreu a partir de 1987; daí em diante, o Brasil reformulou a política de crédito e de preços mínimos, alinhando estes com o mercado internacional; criou novas fontes de financiamento, tanto para a produção quanto para a comercialização dos produtos agrícolas, cujo controle passou do estado para a iniciativa privada; ampliou os estímulos à agricultura irrigada; investiu em infra-estrutura e em novas pesquisas para o melhoramento da produção e da produtividade.

Além disso, com a “Rodada Uruguaí” do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) iniciada em 1986, o setor agrícola passou a fazer parte da pauta de discussões e negociações de liberalização do comércio mundial dos produtos agrícolas. Esta era uma reivindicação antiga dos países com produção agroindustrial significativa no conjunto de sua economia.

Além das mudanças na política agrícola brasileira, a participação no Mercosul e as discussões em torno da formação da ALCA vêm gerando bastante expectativa nos exportadores de produtos agrícolas graças à possibilidade de ampliação de seus mercados.

Segundo Aragão (2002), a constituição do Mercosul foi um marco importante no processo de liberalização comercial no Brasil. A intensa desregulamentação dos mercados agrícolas diminuiu a intervenção do estado na agricultura, que teve por base a tentativa de harmonização das políticas agrícolas dos países membros; como resultado, o Brasil teve um aumento considerável das exportações para o bloco.

O início dos anos de 1990 foi marcado pela retirada do governo das atividades de regulação dos mercados agrícolas e a falência do sistema de crédito rural. Tendo em vista os problemas que atingiram as fontes tradicionais de suprimento de recursos para a agricultura, os agentes econômicos começaram a buscar formas alternativas de financiamento.

Esses fatos contribuíram para melhorar o desempenho do setor agroexportador, garantindo o acesso da produção agrícola brasileira a novos mercados agora novamente voltada para o mercado internacional. A viabilidade da agricultura brasileira passou a depender crescentemente da eficiência da economia como um todo, atendendo assim ao caminho indicado pelas reformas institucionais levadas a cabo na “Rodada Uruguai” do GATT que criou a Organização Mundial de Comércio (OMC).

Segundo dados do IBGE (2003), entre 1990 e 1998, o PIB agropecuário teve um crescimento de 38,4%. Segundo Gonzalez e Costa (1998), isso resultou dos seguintes fatores: crescimento da produtividade da terra, aumento da quantidade física produzida e melhoria dos preços recebidos/preços pagos (preços industriais, salários, etc.).

A modernização agrícola consiste na reformulação na base técnica agrícola com a indução e difusão do uso de insumos modernos e de maquinaria agrícola visando aumentar a produtividade dos fatores. Os ganhos de produtividade na agricultura derivam da demanda por tecnologia e essa demanda depende das políticas setoriais voltadas para a agricultura, notadamente as de crédito, preço e comercialização.

Não se pode negar que o desenvolvimento tecnológico ocorrido no país durante as décadas de 1970 e 1980 teve grande repercussão sobre o aumento da produtividade do setor agrícola brasileiro. Porém, a liberalização comercial e financeira ocorrida principalmente a partir dos anos de 1990 junto com a reformulação na política de crédito agrícola foram fatores que, em conjunto, geraram os resultados apresentados no setor agroexportador.

As reformas na política comercial externa acarretaram mudanças nas regras de importação de insumos e produtos com a redução dos níveis tarifários e desburocratização nos processos de exportação, com a eliminação de impostos, simplificação de normas e eliminação de guias e licenças prévias. A mudança dos preços relativos, propiciada pela abertura comercial, reduziu substancialmente o preço dos insumos agrícolas. Esse fato atuou como importante elemento para acelerar a absorção e implantação de novas tecnologias orientadas para o crescimento da produtividade.

O consumo de fertilizantes químicos no Brasil está concentrado nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; a região Sudeste é responsável pelo consumo de 50% do total de fertilizantes no país a cada ano. Entre 1992 e 2001, o uso de fertilizantes nas lavouras brasileiras teve um crescimento de 89,5%. O uso de nutrientes foi duplicado no mesmo período, com um crescimento acima de 100%; o uso de defensivos apresentou um crescimento no período cerca de 150%. Este mesmo percentual foi o que cresceu a demanda doméstica de máquinas agrícolas, entre 1992 e 2002 (Tabela 2).

Tabela 2. Consumo aparente de fertilizantes, nutrientes e defensivos e vendas totais máquinas agrícolas no Brasil, 1992/2002.

Ano	Fertilizantes (1.000 toneladas)	Nutrientes (1.000 toneladas)	Defensivos (US\$ 1.000) ^a	Máquinas agrícolas (US\$ 1.000) ^b
1992	8.921	3.509	947.409	16.158
1993	10.967	4.429	1.049.811	26.631
1994	11.224	4.548	1.404.047	46.215
1995	10.395	4.407	1.535.648	22.706
1996	12.368	5.076	1.792.671	13.893
1997	14.383	5.908	2.181.091	21.394
1998	13.552	5.600	2.560.190	24.801
1999	14.083	5.845	2.329.067	22.849
2000	17.545	7.307	2.499.958	29.224
2001	16.911	7.095	2.287.482	33.490
2002	–	–	–	40.395

Fonte: Ministério da Agricultura (2003).

Notas: ^aInseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas e outros. ^bTratores de rodas, tratores de esteiras, colheitadeiras e cultivadores motorizados produzidos no Brasil e vendidos no mercado interno em unidades.

Segundo Ferreira Filho e Costa (1999), a área cultivada total no Brasil cresceu 45,7 milhões de hectares entre 1973 e 1978, aumentando para 54,4 milhões de hectares em 1988 e voltando a cair para 45,4 milhões de hectares em 1998. Como essa queda da área cultivada não foi acompanhada pela queda na produção total, constata-se que o crescimento da produção por área deve-se ao uso intensivo de insumos e à melhoria das técnicas agrícolas.

Os autores ainda afirmam que, com o fim do crédito subsidiado, a agricultura brasileira encontrou um novo padrão de crescimento, mais intensivo e menos mecanizado que o anterior. O novo padrão tecnológico baseia-se no crescimento da produção por área; o comportamento dos índices médios de produtividade mostra um crescimento positivo em quase todos os anos da década de 1990. Entre 1990 e 2002, a produtividade das lavouras cresceu 38,25%. Entre 1988 e 1998, o crescimento da produtividade dos produtos animais e do setor agropecuário foi de 21,9% e 25%, respectivamente (Tabela 3).

O elevado crescimento na produtividade da terra pode ser comprovado pelo estudo de Gasquez *et al* (2004); segundo eles, entre 1980 e 1989 a produtividade da terra situava-se em torno de 1,39%; entre 1990 e 1999, essa média passou a 6,5%. Para o período 2000/2002 a produtividade da terra, em média, situa-se em torno de 4,7%.

Esse crescimento da produtividade da terra foi favorecido por alguns fatores. Dias e Amaral (1999) argumentam que o fraco desenvolvimento da infra-estrutura de transportes, nas duas décadas anteriores forçou a utilização mais intensiva do fator terra, sendo utilizadas áreas tradicionais mais próximas dos centros urbanos e áreas novas do Brasil Central e do Centro-Oeste, como também o aproveitamento das tecnologias desenvolvidas pela Embrapa.

Fonseca (2004) mostra que o melhor desempenho apresentado na produtividade das lavouras ocorreu no caso da soja; pois essa cultura cresceu 94% entre 1992 e 2001. A soja, a cana-de-açúcar e a laranja são culturas que absorvem grande proporção de insumos modernos e mecanização, utilização que se intensificou durante a década de 90.

Tabela 3. Evolução dos índices da produtividade agropecuária (%).

Ano	Lavouras ^a	Produtos animais	Agropecuária
1987	–	100,0	100,0
1988	–	101,9	98,0
1989	100	103,8	101,6
1990	92,04	105,8	98,5
1991	92,29	107,9	100,7
1992	97,75	110,0	105,7
1993	96,25	112,1	111,3
1994	105,08	114,3	112,3
1995	105,87	116,6	113,8
1996	98,07	118,9	115,8
1997	104,96	121,3	118,0
1998	107,98	123,6	122,8
1999	114,80	–	–
2000	118,08	–	–
2001	120,95	–	–
2002	127,25	–	–

Fonte: IBGE (2003). ^aCacau, café, cana-de-açúcar, fumo, laranja, soja e outras.

Gonzalez e Costa (1998) afirmam que, no caso da soja, o a exploração intensiva nas regiões de Cerrado e o desenvolvimento de sementes adaptadas às condições de insolação e clima foram fatores determinantes para o aumento da produção. As culturas da soja, cana-de-açúcar e laranja passaram a exibir um padrão de maior integração à indústria e foram responsáveis por elevados superávits do agronegócio brasileiro nos anos de 1990.

Ao aumento de produtividade das lavouras, soma-se um outro fator de fomento à elevação das exportações agrícolas durante o período citado: o processo de desestatização das ferrovias brasileiras. Iniciado em 1996, esse processo teve como consequência o aumento dos investimentos (cerca de R\$ 3 bilhões investidos entre 1996 e 2001); hoje, as ferrovias representam 23% do total do transporte de cargas do país. Segundo dados da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANFT, 2003), 80% desses serviços destinam-se a transporte de exportação, cerca de 300 milhões de toneladas/ano, em média, são produtos para exportação.

Há de se considerar que a estabilização macroeconômica uma vez consolidada, em 1995, também trouxe elevados ganhos para a agricultura, sendo o principal deles o fim da correção monetária do crédito rural graças à derrocada da inflação. Para os exportadores agrícolas, a liberalização da conta de capitais implicou no aumento dos recursos externos a taxas menores que as domésticas.

Spolador e Gasques (2002) salientam que o crédito agrícola interno, apesar dos problemas existentes, ainda representa um fator indutor do crescimento da produção agrícola. No período de 1997/2001 aumentou em 87,7% o volume de crédito agrícola em relação ao período de 1990/1997. Segundo esses autores, a média de recursos aplicados por ano, entre 1990 e 1995, foi de R\$ 8 bilhões, aumentando para R\$ 15 bilhões entre 1996 e 2001, ampliando a liquidez do sistema e, conseqüentemente, as possibilidades de investimento. Os recursos destinados às operações de custeio, investimento e comercialização cresceram 126%, 127% e 39,2%, respectivamente, entre 1994 e 2001. (Tabela 4).

Tabela 4. Crédito rural concedido a produtores e cooperativas do Brasil, 1994/2001^a

Anos	Custeio	Investimento	Comercialização	Total
1994	1.988,7	694,4	1.109,8	3.792,9
1995	1.707,3	597,5	450,8	2.755,5
1996	1.869,1	641,3	165,0	2.675,5
1997	2.952,3	852,6	378,1	4.183,1
1998	3.171,8	915,7	645,9	4.733,4
1999	3.396,5	861,2	753,0	5.010,7
2000	3.791,7	992,6	1.073,8	5.858,1
2001	4.504,8	1.577,4	1.545,6	7.627,8

Fonte: Ministério da Agricultura (2003).

Nota: ^aValores em US\$ milhões correntes.

Em 1994, o governo procurou compensar os produtores pela valorização cambial que vinha ocorrendo; para isso, concedeu generoso incentivo ao crédito rural com o objetivo implícito de provocar um choque de oferta no ano seguinte e reduzir os preços dos produtos agrícolas, beneficiando, conseqüentemente, o plano de estabilização em implantação.

Os resultados dessa política foram comprovados no ano seguinte com a contribuição dos preços dos produtos agrícolas para a queda da inflação; como em todas as outras esferas, a estabilização foi o carro chefe da condução das ações de política econômica. Em resposta à crise (queda de preços), a produção agrícola buscou novos mercados; como resultado, as exportações agrícolas brasileiras cresceram 47%, em média, entre 1995 e 2000, percentual maior do que o apresentado entre 1990 e 1994.

4 Crescimento do agronegócio no Brasil, 1994/2004

Nos anos de 1990 a agricultura brasileira praticamente dobrou a produção; culturas como soja e laranja apresentaram excelente rendimento por área plantada. Além disso, foram desenvolvidos esforços para evitar o êxodo rural: extensão dos benefícios trabalhistas ao homem campo; estímulo à agricultura familiar e reforma agrária. Tais incentivos contribuíram para que o país estivesse entre os principais exportadores mundiais de produtos agrícolas.

Tabela 5. Exportações totais e exportações agrícolas do Brasil, 1989/2004 (US\$ milhões).

Anos	Exportações totais (FOB)	Exportações agrícolas (FOB)	Exportações agrícolas / exportações totais (%)
1989	34.400	7.634	22,2
1990	34.414	10.163	29,5
1991	31.620	9.587	30,3
1992	35.793	11.004	30,7
1993	38.555	11.432	29,7
1994	43.545	14.471	33,2
1995	48.508	15.938	32,9
1996	47.747	16.417	34,4
1997	52.988	18.614	35,1
1998	51.126	16.831	32,9
1999	48.011	16.203	33,7
2000	55.088	15.715	28,5
2001	58.200	16.060	27,6
2002	60.361	16.726	27,7
2003	60.355	23.900	39,6
2004	96.476	39.700	41,2

Fonte: MDIC/SECEX (2004).

Em 1990, o Brasil exportava R\$ 10 bilhões de produtos agrícolas para os principais mercados importadores; em 2004, esse volume aumentou para R\$ 40 bilhões. Em 2004, o agronegócio foi o setor que mais contribuiu para a formação de saldos comerciais, exportando 41,15% do total do país (MDIC/SECEX, 2004).

Os produtos que mais se destacaram, entre 1990 e 2004, foram soja, suco de laranja, café, fumo, cacau, açúcar e carnes (bovina, suína e de aves); juntos, esses produtos corresponderam a 85% da pauta de exportações agrícolas no período. Em 1990, o Brasil participava com 5% das vendas mundiais de suco de laranja, 16% de soja e derivados, 14% de café, 17% de cacau e derivados, 11% de fumo e 9% de carnes de aves. Os principais compradores foram a União Européia e os EUA (Abreu e Loyo, 1993).

Como se observa na Tabela 5, em 1995, o país exportava US\$ 15,9 bilhões anuais em produtos agrícolas. Em 1998, o saldo na balança comercial de produtos agrícolas foi de US\$ 9 bilhões. Esses números mudaram consideravelmente para alguns produtos no final da década. Segundo Abreu (2001), o café com uma participação de 14% nas vendas mundiais, em 1990, passou para 17,8% em 1998. Nesse período, a soja em grãos e em torta passou de 16% das exportações mundiais para 25,7%; enquanto o suco de laranja aumentou de 5% para 80% das vendas mundiais.

Esse grande aumento das exportações agrícolas brasileiras, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1990, deve-se sobretudo à sobrevalorização cambial que provocou redução dos preços reais dos insumos agrícolas, basicamente nos casos de fertilizantes, defensivos e medicamentos; o aumento expressivo do índice de produtividade da terra, e, principalmente, as modificações das políticas econômicas e agrícolas; neste último caso, a mais importante para o setor foi a “Lei Kandir”, que garantiu a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nas exportações agrícolas, a partir de 1997, eliminando o imposto estadual sobre o valor adicionado de cerca de 12%, em média, nas exportações.

Além disso, a política monetária restritiva do Plano Real provocou um diferencial entre juros internos e juros externos muito elevado, beneficiando as exportações agrícolas através dos Adiamentos sobre Contratos de Câmbio (ACCs). Esse instrumento representa uma antecipação parcial ou total de recursos aos exportadores para que possam fazer face às diversas etapas do processo de produção e comercialização da mercadoria exportada.

Além das condições internas propiciadas pelo Plano Real, as alterações da conjuntura internacional como os aumentos das cotações internacionais dos produtos agrícolas, a partir de 1994, beneficiaram os produtos para os quais o Brasil tem uma relativa vantagem na produção, como café, açúcar, soja, cacau, algodão e carnes.

Também nessa época ocorreu o aumento da demanda internacional por ração de origem vegetal que se deu em função do “mal da vaca louca” que atingiu rebanhos europeus e implicou na redução do uso de ração com resíduos de origem animal. Esse fator influenciou positivamente as exportações de frango e de carnes bovina e suína; entre 1990 e 2000, as exportações desta *commodity* cresceram mais de 200%.

A estes fatores conjugou-se a desvalorização do Real em janeiro de 1999, que estimulou o aumento das exportações. Ademais, a liberalização da economia viabilizou a expansão da produtividade graças às facilidades de importação de insumos e de máquinas agrícolas, o que proporcionou aos produtores agrícolas, melhores condições de planejamento de longo prazo para aumento da produção.

5 Considerações finais

O fim das negociações da Organização Mundial de Comércio na Rodada Uruguai, em 1986, teve grande influência sobre a liberalização dos mercados agrícolas no Brasil, iniciadas a partir de 1987. Esse processo de liberalização no setor agroexportador brasileiro deu-se a partir de intensa desregulamentação dos mercados agrícolas, consistindo em diminuição da intervenção do estado na agricultura.

Esse período foi marcado pela entrada do Brasil no Mercosul e pelas negociações para a formação da ALCA. A participação em um bloco econômico com a eliminação de barreiras comerciais permite, entre outros objetivos, o aumento dos fluxos comerciais. Além disso, o país, que vinha de sucessivos fracassos no combate à inflação, buscava a estabilização econômica via políticas que, de alguma forma, influenciaram positivamente o aumento da produção, das exportações e da produtividade do setor agroexportador.

A reforma da política agrícola interna propiciou a criação de mecanismos para alinhar os preços mínimos com os preços do mercado internacional; levou à reformulação da política de crédito, à criação de novas formas de financiamento para o setor agrícola; proporcionou investimentos em infra-estrutura, em novas tecnologias e em pesquisas, que contribuíram para melhor desempenho do setor agroexportador.

Além disso, a sobrevalorização cambial no Brasil pós-Real permitiu a compra de insumos e equipamentos importados mais baratos viabilizando a implantação de novas tecnologias orientadas para o crescimento da produtividade do setor agrícola. Além dos fatores internos, a partir de 1994, ocorreram sucessivos aumentos das cotações internacionais dos produtos agrícolas, beneficiando produtos para os quais o Brasil tem uma relativa vantagem na produção, como café, açúcar, soja, cacau e carnes.

Os resultados não demoraram a aparecer; entre 1992 e 2001, o Brasil teve um crescimento de 94% na produção da soja e de aproximadamente 30% na produção de açúcar; com a taxa de crescimento da produtividade das lavouras ficando em torno de 40% nesse mesmo período (MDIC/SECEX, 2004). E esses resultados implicaram no crescimento das exportações agrícolas do país, sabendo-se que os vários fatores, tanto de ordem interna, como as políticas comerciais e de estabilização, quanto de ordem externa, como elevação de preços, contribuíram para esse bom desempenho.

Como resultado da abertura comercial e das políticas de estabilização econômica utilizadas em conjunto, as exportações agrícolas brasileiras tiveram um crescimento de mais de 170% entre 1994 e 2004. Em 2003, o Brasil passou a exportar US\$ 24,9 bilhões de produtos agrícolas, volume que atingiu US\$ 39 bilhões em 2004.

Referências

ABREU, Marcelo de P. *Política comercial brasileira: limites e oportunidades*. Rio de Janeiro: PUC, 2001 (Texto para Discussão n. 457).

———; LOYO, Eduardo H. *Globalização e regionalização: tendências da economia mundial e seu impacto sobre os interesses agrícolas brasileiros*, [s.l.: s.n.], p. 7-20, 1993.

ANTF. Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. *Informações sobre transportes ferroviários e produtos transportados*. Disponível em: <www.antf.org.br>. Acesso em: ago. 2003.

ARAGÃO, Paulo O. Globalização, liberalização e regionalização do setor agroalimentar. In: ARAGÃO, Paulo O.; GLAVANIS, Pandeli M. (Orgs.). *Globalização e ajuste estrutural: impactos sócio-econômicos*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, cap. 2, p. 41-62, 2002.

CANUTO, Otaviano. Abertura comercial, estrutura produtiva e crescimento econômico na América Latina. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 3, p. 43-64, dez. 1994.

DIAS, Guilherme; AMARAL, Cicely. Mudanças estruturais na agricultura brasileira, 1980-1998. In: BAUMANN, Renato (Org.). *Brasil: uma década em transição*. Brasília: CEPAL, 1999, p. 223-253.

FERREIRA FILHO, Joaquim; COSTA, Ana C. O crescimento da agricultura e o consumo de máquinas agrícolas no Brasil. In: CONGRESSO DA SOBER, 3, 1999, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: [s.n.], 1999.

FONSÊCA, Márcia B. *A abertura comercial e a demanda de importações brasileiras de 1990 a 1996*. 1999. 110f. Dissert. (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

GASQUES et al. *Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil*. Brasília: IPEA, 2004 (Texto para Discussão n. 1009).

GONZALEZ, Bernardo; COSTA, Sílvia. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, UPF, v. 5, n. 10, p. 5-35, maio 1998.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: maio-nov. 2003.

MICHAELY, M. The timing and sequencing of a trade liberalization policy. In: CHOKSI, M.; PEPEGEORGIOU, D. (Eds.). *Economic liberalization in developing countries*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Governo Federal. *Dados sobre produção, consumo e comércio dos produtos agrícolas brasileiros*. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 3 jul. 2003.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/SECEX). *Dados sobre o comércio exterior brasileiro*. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: nov. 2002 e set. 2004.

MUNDELL, Robert. Brasil. A retomada do desenvolvimento econômico, cap. 4, p.105-121. In: ———. *Políticas de estabilização e liberalização em economias semi-abertas*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

SPOLADOR, Humberto; GASQUES, José G. *Taxa de juros e políticas de apoio interno à agricultura*. Brasília: IPEA, 2002 (Texto para Discussão n. 952).